

A educação escolar da pessoa surda em Salvador: das classes Wilson Lins à política de inclusão do Ministério da Educação

The School Education of Deaf Individuals in Salvador: From Wilson Lins Classes to the Ministry of Education Inclusion Policy

Elzeni Bahia Góis de Souza

Pedagoga/UFBA, Educadora da TV Anísio Teixeira IAT/SEC-Ba, Psicopedagoga, Ex-professora de Surdos, Especialista em Educação Especial/Inclusiva/UCB, e Especialista em Avaliação da Aprendizagem Escolar.

e-mail: elza_42@yahoo.com.br

Artigo recebido em 13 de novembro de 2011 e selecionado em 31 de maio de 2012

RESUMO

Este artigo visa inventariar um pouco da gênese da educação escolar de surdos em Salvador a partir de 1959. Foi elaborado para fundamentar o Seminário sobre a Educação de Surdos na Bahia de um grupo de alunas do curso de pedagogia da FAGED/UFBA. Ele parte do olhar da professora-pesquisadora de surdos da Escola Estadual Georgina Ramos da Silva. Nessa pesquisa histórica, foram reunidos alguns fragmentos da memória da educação de surdos dessa cidade; informações da dissertação de Oliveira; a portaria de criação das classes Wilson Lins; depoimentos de pessoas que fundaram instituições que cuidam da educação de surdos; textos da História da Educação Especial; as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, 7.692/71 e a 9.394/96, além de dados quantitativos das Secretarias de Educação do Estado da Bahia e do Município. Pretende-se estimular a continuidade de pesquisas nesse tema analisando criticamente questões que compõem memória da escolarização dessa população.

Palavras-chave: história. educação. surdos. Salvador.

ABSTRACT

This article aims to take stock of a little about the genesis of school education of the deaf in Salvador since 1959. It was designed to support the Seminar on Education of the Deaf in Bahia of a group of students from FAGED / UFBA Pedagogy of course. It starts from the

point of view of the teacher-researcher of the deaf at the State School Georgina Ramos da Silva. In this historical survey some fragments were gathered from the memory of deaf education in the city; information from Oliveira's dissertation; the ordinance creating the classes Wilson Lins; testimonials from people who founded institutions that take care of deaf people education; texts of the History of Special Education; Laws of Directives and Bases of National Education 4.024/61, 7.692/71 and 9.394/96, as well as quantitative data of the Education Departments of the State of Bahia and the Municipality. It is intended to stimulate further studies on this issue critically analyzing issues that make up the memory of this school population.

Keywords: history, education, deaf, Salvador.

1. INTRODUÇÃO

A educação do surdo em Salvador e, provavelmente na Bahia, parece não diferir muito da história da educação popular para as minorias afetadas por alguma limitação física, intelectual ou neurosensorial. O direito das pessoas com deficiência à educação escolar é relativamente recente no Brasil, mais ainda no referido Estado. Para situar historicamente esse texto, faz-se necessário buscar referências desse tema a partir de outros espaços.

No ocidente é, a partir do século XVI, que podem ser encontrados registros das primeiras tentativas de educação para os não ouvintes. Antes estavam restritos aos mosteiros, aos cuidados das congregações religiosas.

Muitas famílias os mantinham escondidos nos recessos dos lares ou recorriam a instituições de caridade. Além disso, mães que não desistiam de lutar para que os seus filhos tivessem acesso à educação, criavam associações e buscavam várias formas de educá-los.

A educação dos surdos no Brasil foi iniciada formalmente com a fundação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos, em 1857, que é atualmente o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Esse Instituto, até hoje, é uma referência governamental brasileira para os não ouvintes.

Ao tecer considerações acerca da história da educação dos surdos em Salvador, faz-se necessário descortinar um pouco do cenário político, econômico e social brasileiro, baiano e mundial ao final década de 1950. É importante relatar também, como nessa época se configurava o cenário educacional, social e político mundial naquele momento.

O recorte epistemológico em relação a essa década, é devido à grande efervescência econômico-político e sociocultural no planeta que nesse período experimenta o fim da segunda guerra mundial, seguida do terror morno da guerra fria entre as duas superpotências da época.

No Brasil, foi criada a Petrobrás; inaugurada a primeira TV; Getúlio Vargas eleger-se como presidente, renunciou e suicidou-se; foram realizadas reformas em vários ministérios (fazenda, trabalho e justiça); JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira eleger-se presidente do Brasil; ampliou-se o surto industrial brasileiro com a criação do Grupo Executivo da Indústria Automotiva - GEIA; deu-se início a construção da capital do Brasil que também conquistou a Copa do Mundo na Suécia. Foi também o momento em que JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional e aprovou o projeto de criação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e enfrentou uma rebelião da Aeronáutica dando início aos anos de chumbo do regime ditatorial no Brasil. Foi considerado também o início da imposição do colonialismo norte-americano aos países subdesenvolvidos.

Em relação à educação, entrava em vigor, LDB – Lei de diretrizes e bases da educação Nacional nº 4.024/61 com doze anos de atraso devido ao litígio entre a educação privada e as lutas pela educação pública.

Na educação dos Estados Unidos da América, John Dewey difundia o pragmatismo através da Escola Ativa seguida no Brasil, pelo educador baiano, Anísio Teixeira que para muitos, um gestor progressista da educação brasileira que lutava pela escola pública, e laica, para outros, um “americanófilo” higienista deslumbrado com o progresso da América do Norte. Era também aluno e seguidor fiel das ideias de Dewey, implantando-as

como intelectual e gestor público da pasta da educação na Bahia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Brasil, a Bahia e a Educação de Surdos no Século XX

O Estado da Bahia que passara por um longo período de decadência socioeconômico e cultural passou a contar com mais investimentos o que viabilizava o processo de modernização e urbanização iniciada no governo de Francisco Marques Goes Calmom e que atingiu o seu ápice na década de 1950, com a criação da Petrobrás. Esta realização foi impulsionada, com a descoberta do petróleo no subúrbio soteropolitano na região do Lobato em 1939. A partir de então foi implantada a Refinaria Landulfo Alves, realizada a construção da Rio-Bahia e da Hidrelétrica do Paulo Afonso. Esses, foram alguns dos ganhos que a Bahia obteve nesse período.

Todo esse movimento reclamava investimentos, necessários para formação de mão de obra especializada. Por extensão, a educação nesse Estado, foi beneficiada. Afinal, Anísio Teixeira além de um entusiasta da educação, era um gestor muito influente no governo de Octávio Mangabeiras. Esse fato favoreceu a execução de muitas das propostas desse educador para a melhoria desse setor na Bahia que tinha mais de 50% da população analfabeta.

Após Anísio Teixeira ter conhecido de perto o processo de desenvolvimento educacional nos EUA e na Europa, o estado da Bahia passou por mudanças significativas no que diz respeito a formação de professores, a construção e reconstrução de escolas, a aquisição de materiais e outros meios para ampliar o acesso da população baiana à educação formal. Era imprescindível reestruturar as escolas baianas, realizar pesquisas para saber quantos e quais eram os docentes e qualificá-los. A criação da Escola Normal em Caetité, a sua cidade natal no interior da Bahia, foi uma dessas realizações.

A ideia de Teixeira e escolanovistas, como Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e outros que defendiam que a educação, deveria ser de base científica, pública, laica e para todos, o que indiretamente, contemplaria mais tarde a escolarização dos surdos. Isso pode ser compreendido a partir da implantação das Campanhas de Educação para pessoas com deficiências como a CESB – Campanha Nacional de Educação do Surdo; a CENEC - Campanha Nacional de Educação para Cegos e a CADEME - Campanha Nacional de Educação para Deficientes Mentais e do Curso Normal de Formação de Professores, o primeiro da América Latina, para educá-los.

De acordo com ROCHA (2008, p. 2), Essas campanhas se consolidaram como as primeiras iniciativas de políticas públicas em nível nacional destinadas a essa população. Elas foram implantadas pela diretora do INES, a Prof^a. Ana Rímoli de Faria Dória, quando Anísio Teixeira era gestor do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ao final da década de 1950. Fatos como este possibilitam o entendimento de que deve ter havido alguma colaboração do educador baiano nas decisões que culminaram em algum atendimento educacional à pessoa surda, naquele momento histórico.

Mesmo com essas iniciativas do poder público, uma das primeiras leis brasileiras a tratar da educação dos excepcionais, termo em voga à época, foi a LDB nº 4.024/61, no início da década de 1960. Essa Lei dispõe sobre o enquadramento da educação da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino, embora não garantisse o financiamento, deixando espaço para a efetivação de convênios com instituições de ensino privado através de bolsas de ensino aos estudantes. Isso pode ser percebido nos dois artigos do texto da LDB 4.024/61.

No Capítulo X, Artigo 88 lê-se: “A educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los à comunidade.” Importante lembrar que até então a educação dessas pessoas ocorria ainda mais precariamente e à margem do sistema de ensino brasileiro.

No Artigo 89 do mesmo capítulo, chama atenção para o “tratamento especial” com subvenções e empréstimos às iniciativas privadas que fossem consideradas eficientes pelos Conselhos Estaduais de Ensino. É notório a limitação da responsabilidade do poder público para com a escolaridade dessa população, mesmo quando o médico italiano Girolamo Cardano ainda no século XVI havia declarado que “A surdez por si mesma, não afeta a capacidade de aprender” como afirma SOARES (1999) na apresentação do seu livro *A Educação do Surdo no Brasil*.

2.2 Primeiros Investimentos na Escolarização de Surdos de Salvador e Formação de Professores

Salvador, primeira cidade planejada do Brasil e fundada em 1549, foi construída para consolidar-se como uma fortaleza bélica da coroa lusitana. Era na sua origem também, centro administrativo e entreposto comercial de onde governava Tomé de Souza, representante da corte portuguesa. A educação a cargo dos jesuítas que vieram com o governador geral tinha como objetivo a catequização dos índios para convertê-los ao catolicismo. Comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega, fundaram uma escola elementar de ler e escrever aos meninos indígenas. Mais tarde construíram o Colégio dos Meninos

de Jesus situado no Terreiro de Jesus. Entretanto, a Professora Antonietta D’Aguiar Nunes, relata que

Antes mesmo de construída a cidade do Salvador, em 1549, o irmão Vicente Rodrigues já ensinava doutrina aos meninos e tinha escola de ler e escrever na povoação do Pereira, vila criada em 1535 pelo falecido capitão donatário Francisco Pereira Coutinho.

NUNES (2008, p. 1)

Importante lembrar que esse artigo trata da educação enquanto escolarização e no caso dos jesuítas, da educação nos moldes europeus. Pois é sabido que os índios, muito antes dos portugueses, educavam os seus filhos, a partir da tradição oral, mesmo sem haver construído escolas.

A educação em Salvador passou pela *Ratio Studiorum* jesuítica, pelas Aulas Régias de Pombal, a Educação Nova de Anísio Teixeira até a criação de uma Secretaria de Educação nesse município, nos idos de 1959 portanto, 410 anos depois da fundação dessa cidade. Apesar da luta pela universalização do ensino, somente após a segunda metade do século XX se tem registros a respeito da educação pública para a pessoa com deficiência, a exemplo da implantação das classes de aulas para os surdos.

Um dos raros documentos que registram um pouco do percurso da educação dos surdos na Bahia é a dissertação de mestrado de Oliveira (2003, p. 35), intitulada *A Sala de Aula Inclusiva: Um Desafio à Integração da Criança Surda*. As investigações dessa autora revelam que em 1959, em Salvador, algumas docentes da rede pública estadual como as professoras Aldímia Maria de Jesus, Glícia Silva Morais, Maria Isméria Guanaes, Valdívila Aquino e Jandira da Silva Freire se submeteram a uma seleção para testar os conhecimentos. Ao serem aprovadas, eram encaminhadas pelo governo Estadual para o INES, no Rio de Janeiro, a fim de realizarem uma capacitação para ensinar os surdos baianos. Elas ficavam internas no próprio Instituto enquanto realizavam o Curso de Especialização de Professores Primários para Surdos que tinha uma duração de dois anos.

Durante a pesquisa, Oliveira localizou o currículo organizado para a formação dos professores expondo a concepção de educação em vigor na época.

Nessa formação, faziam parte do currículo as seguintes matérias: A Arte e o Surdo, Educação Comparada, Física do Som, Higiene Geral, História da Educação do Surdo, Inglês, Música e Canto Orfeônico, Sociologia e Serviço Social, Didática Especial, Noções de Psicologia, Psicologia Aplicada a Criança Surda, Psicologia da Linguagem, Psicometria, Noções Fundamentais de Audiologia (fisiologia da audição e fala), Patolo-

gia da Audição e da Fala, Anatomia da Audição e da Fala, Audiologia, Noções de Audiometria, Acústica Aplicada, Fonomетria, Aparelhagem para o Treinamento da Audição e da Fala, Prótese da Audição, Português (complementação dos estudos relacionados com a educação dos surdos – sintaxe, fonética aplicada, emissão, impostação de voz, articulação, dicção, fonemografia, didática do ritmo e terapia da linguagem, jogos e recreação, atividades artísticas, parte técnica e parte prática) e Prática de Ensino. Para essa formação, todas as professoras recebiam bolsa de estudo fornecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

(OLIVEIRA, 2003, p. 35)

Ao concluírem o curso, e, de posse da certificação de Especialistas, retornavam a Salvador para formar as turmas que deveriam ensinar. Tinham que recrutar estudantes para formar as Classes de Educação de Surdos Wilson Lins. Isso, em agosto de 1959, quando o secretário de Educação da Bahia no governo de Juracy Magalhães (1959 a 1963) era o próprio Wilson Lins e quando no Brasil estava em pleno vigor as campanhas pela educação dos deficientes. Até então, o atendimento educacional destinado a essa população ainda se efetivava a partir das iniciativas de suas famílias ou de entidades religiosas e de caridade. Educação era fruto da benevolência de alguns, não se constituindo ainda num direito como queria Anísio Teixeira.

Apesar de ser importante a tardia disposição do governo baiano em investir na educação formal dos não ouvintes, a credibilidade na capacidade educativa dos surdos era bem pequena. Mesmo tendo investido na formação docente, não foi criada sequer uma escola para esses sujeitos. OLIVEIRA (2003, p. 35), afirma que eram salas de aula que funcionavam no Hospital Santa Luzia, localizado no bairro de Nazaré na Praça Conde Almeida Couto, 110 nessa capital.

O fato de essas classes funcionarem anexas a um hospital que tratava os problemas relacionados à visão, ouvidos e garganta devia-se à filosofia oralista utilizada na educação da época, não somente no Brasil. Na maioria dos países desenvolvidos, existia a promessa de reabilitar todos aqueles que não se enquadravam no padrão da “normalidade”. A medicina, o direito e a psicologia eram responsáveis pela cura e reabilitação dos “anormais” como eram chamados. Segundo as descobertas de Verônica dos Reis Mariano Souza,

Profissionais da saúde e do direito, no século XIX e início do século XX revestidos do poder que lhes conferiam seus próprios estatutos, expressam a concepção da pessoa surda com base em preconceitos quando dizem: a parada de desenvolvimento ou lesão que de nascença provoca a surdo-mudez, já é um indício grave de degeneração. (SOUZA, 2007, p. 1)

Para os surdos, a educação institucional/especial não tinha compromisso com o processo de escolarização. O que prevalecia era a visão clínica da deficiência. Daí, o empenho reabilitá-los, através dos intensivos e dispendiosos treinos com a voz, utilizando para isso, os resíduos auditivos, em detrimento da aprendizagem escolar.

As disciplinas da grade curricular dos cursos de Especialização de Professores Primários do INES revelam que esse Instituto tinha como prioridade o treinamento da oralidade, de aprendizagem da língua oral visto que era proibido usar a Língua de Sinais nas salas de aula. A prof^a. Ana Rímoli de Faria Dórea, diretora do INES era uma defensora do ensino da língua oral para os surdos. Entretanto, de acordo com OLIVEIRA (2003, p. 36), ao assumirem suas turmas em Salvador era permitido que as professoras com formação essencialmente oralista adaptassem o currículo de acordo com a realidade de suas salas de aulas, desde que fossem fiéis à grade curricular obrigatória.

Nessas classes, os estudantes surdos eram submetidos a exercícios respiratórios, fonoarticulatórios, impostação da voz para treinarem a fala e a leitura labial. Se conseguissem falar, poderiam aprender a ler e a escrever. Isso raramente acontecia. A educação enquanto escolarização, formação acadêmica não era ainda uma prioridade nas salas de aula para não ouvintes.

Thereza Cristina Bastos de Oliveira ainda afirma que os estudantes surdos eram também atendidos no Centro de Logopedia do Hospital Santa Luzia. O foniatra dessa instituição avaliava a evolução dos discentes e orientava as professoras em relação aos procedimentos que deveriam dispensar-lhes. OLIVEIRA (2003, p. 36) relata que além ensinar aos surdos,

[...] as professoras ainda tinham a responsabilidade de ministrar aulas públicas com a presença de alunos do Curso de Medicina, que lhes dirigiam diversas perguntas pertinentes à surdez e ao processo de aquisição da linguagem oral, dentre outras questões.

2.3 Escola Wilson Lins: Primeira Escola para Surdos em Salvador.

Na década de 1970, no Brasil, entra em vigor a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 7.692/71, em pleno regime ditatorial cujo Presidente da República era Emílio Garrastazu Médici. Essa Lei trata do ensino de 1º e 2º graus da educação brasileira consolidando o modelo de educação tecnicista no País, de acordo com um desenvolvimento econômico mais condizente com o mercado internacional.

No que diz respeito à educação da pessoa com deficiência apenas o Artigo 9º dessa Lei, refere-se aos deficientes, termo utilizado nesse período, quando declara:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Apesar de incipiente para o atendimento educacional a essa população e não referir-se aos surdos e cegos, dando a entender que eles eram deficientes físicos, essa lei é um passo importante para a educação dessas pessoas. Afinal, o poder público não tinha mais como ignorá-los. Para os governantes, muitos deles tinham condições de serem reabilitados também através da educação e, assim, desonerar a previdência pública e privada, incluindo-os como mão de obra para o País.

Em decorrência da LDB 7.692/71, foi criado o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial, através do decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973, ligado ao Órgão Central de Direção Superior, com a o objetivo de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. Importante ressaltar que essa “melhoria” não tenha atendido à maioria das pessoas com deficiências.

Na Bahia, ainda nesse contexto, existiam poucas escolas. A maioria funcionava em casas alugadas, sem qualquer infraestrutura que viabilizasse um ensino eficiente e com o mínimo de conforto. É essa a situação revelada na obra de Anísio Teixeira ainda em meados da década de 1920. Apesar do esforço desse e de outros educadores baianos, pouco se fez nesse intervalo de tempo, evidenciando o descaso político para com a educação baiana. Exemplo disso são as quatro mudanças (1959, 1968, 1970 e 1992) que as Classes Wilson Lins foram submetidas desde a sua criação em 1959. Somente em 1972 foi elevada à condição de Escola, através do decreto nº 9.301 do D.O.E. de 06 de junho de 1972.

Em 29 de maio de 1992, a referida escola foi assentada num prédio de propriedade do governo estadual. Fatos como esses, expõem o descaso dos poderes públicos com a educação das minorias e ainda, infelizmente, é realidade. Desde então, a Wilson Lins passou a funcionar à Rua Raimundo Pereira Magalhães, S/N no bairro de Ondina, na orla soteropolitana.

2.4 A Importância das Associações de Atendimento Educacional aos Surdos em Salvador

Paralelo a esses acontecimentos formava-se uma associação de surdos nesta cidade, que é hoje o CESBA –

Centro de Surdos da Bahia. Ele foi inaugurado em 1979 e, desde então, tem como objetivo resgatar a cidadania da pessoa surda através de atividades esportivas, lazer, cursos de LIBRAS e encaminhamento dos surdos ao mercado de trabalho.

Deve-se frisar que o CESBA não trabalha especificamente com a educação, mas em outros momentos da história, tentou firmar uma escola, porém sem sucesso. Muito raramente obtiveram apoio do poder público. Do ponto de vista financeiro, essa associação conta com os recursos dos próprios surdos e suas famílias.

Outra instituição que contribuiu, e ainda contribui, para a educação de surdos em Salvador é a APADA – Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos da Bahia. Esta entidade fundada oficialmente em junho de 1983 tem uma história singular.

A Srª Marizandra Dantas, diretora da entidade relatou (por telefone) que a APADA baiana foi criada por ela e um grupo de pais. Esses sujeitos estavam algum tempo lutando para que os seus filhos surdos tivessem acesso a uma educação decente. Primeiro, tentaram formar uma escola junto com o CESBA, mas não tiveram sucesso. Os objetivos dessa associação eram diferentes dos seus. Sua prioridade não era a escolarização. Era mais voltado para a assistência social como um todo.

A diretora da APADA-BA afirmou que o grupo chegou a alugar uma casa com os próprios recursos para reunirem-se e organizar o início dos trabalhos. Por conta disso, a Profª. Dirlene Mendonça que era secretária de educação na época cedeu alguns professores para formar a escola. Porém, esses profissionais não tinham qualquer qualificação para trabalhar com os estudantes surdos.

Mais uma vez tiveram que adiar temporariamente os objetivos. Era final da década de 1979 e muitos dos interessados do grupo inicial haviam desistido. Uns enviaram seus filhos para o INES no Rio de Janeiro. Os poucos que ficaram, dentre eles, a Srª Angélica Rebouças, que é vice-diretora da APADA - BA, continuaram o desafio construir uma instituição que oferecesse um ensino cada vez mais qualificado aos seus estudantes.

Atualmente, a APADA - BA, conta com uma escola para surdos e com professores da prefeitura de Salvador e do governo estadual através dos convênios firmados. Realiza seminários sobre a educação dos não ouvintes. Além de disponibilizar a educação formal, os prepara encaminhando-os ao mercado de trabalho e oferecendo periodicamente cursos da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais para professores e estudantes que tenham interesse na Língua de Sinais.

2.5 A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Inclusão da Educação de Surdos no Sistema de Ensino Brasileiro e Baiano

A década de 1990 foi marcada pelas ideias de integração e ou inclusão da pessoa surda na escola comum. A Declaração de Salamanca em 1994; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; a orientação do MEC – Ministério da Educação de incluir o surdo nas salas de aula do ensino regular contribuíram para a inserção da educação da pessoa surda no sistema de ensino brasileiro, que até então ocorria em paralelo, à margem dos direitos da educação geral.

A colocação dos surdos nas salas de aula de ouvintes modificou o cenário da educação brasileira e baiana de um modo em geral, e, em especial daqueles que foram acometidos pela surdez. A partir dessa política começaram a se desmontar as escolas especiais para surdos, dispersando-os em escolas comuns, desprovidas de quaisquer preparos para atender aos direitos específicos dessa população.

Com o processo de “inclusão” dos surdos em escolas “regulares” a Escola Wilson Lins em Salvador, foi transformada no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez Wilson Lins – Cas/BA. através da Portaria nº 3088 do D.O. de 15 de fevereiro de 2005.

O CAS Wilson Lins funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno atendendo a 150 estudantes surdos no processo de escolarização, do Ensino Fundamental 1 até a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, é formado por cinco núcleos pedagógicos: Núcleo de Capacitação de Profissionais da Educação; Núcleo de Tecnologia e de Adaptação de Material Pedagógico; Núcleo de Pesquisa; Núcleo de Convivência e Núcleo de Apoio Didático Pedagógico e um laboratório de informática.

Essa instituição é dirigida pela Prof^a Sueli Dantas Martins e pelas vices-diretoras Alzira Guanabara Rodriguez, Iraneide de Freitas Gonçalves e Liliane Vieira e é, atualmente, uma referência no ensino dos surdos no Estado da Bahia.

De acordo com a SECULT – Secretaria Municipal de Educação e Cultura existe atualmente na rede Municipal de ensino de Salvador, um total de cento e quatro estudantes surdos da educação infantil à educação de jovens e adultos, distribuídos em três escolas: A Escola Municipal Parque São Cristóvão, a Escola Municipal Dr. Fernando Montanha Pondé e a Escola Municipal Maria Felipa, além de convênios com instituições como AESOS – Associação de Educacional Sons no Silêncio e a APADA. Como ainda são escassos profissionais intérpretes da LIBRAS, de professores proficientes nessa língua e muitos surdos

estudantes não tiveram acesso a Libras e nem são oralizados, pode-se imaginar a qualidade da educação disponibilizada para essa população, nessa capital.

De acordo com os dados da SEC/MEC/INEP de 2007, a rede estadual atendia a 2.687 estudantes na Bahia. Em Salvador, ainda não foi possível localizar dados específicos e mais atualizados nesse sentido. Instituições como a AESOS – no Imbuí; os Colégios Estaduais Rafael Serravalle, na Pituba; o Luís Vianna Filho, em Brotas; o Victor Soares, em Itapagipe; o João das Botas, na Barra; o Rui Barbosa, em Nazaré; o Visconde de Cayru, no Cabula; o Oswaldo Cruz, no Rio Vermelho e o Dona Maria Mora, em Cajazeiras também disponibilizam os serviços educacionais para os surdos em Salvador, além de outras cidades no interior.

A partir do final da década 1990, o governo estadual baiano através do Instituto Anísio Teixeira, órgão ligado à SEC/BA contratou palestrantes e professores das universidades para difundir a ideia de educação bilíngue, uma filosofia fundamentada nos aspectos políticos e culturais da educação de surdos. Nessa perspectiva, contempla-se o ensino e o uso da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa, para a leitura e escrita.

Porém, como a estrutura curricular e física de muitas das escolas estaduais soteropolitanas não foram adaptadas, o que restou foi a distorção dessa filosofia que ainda não se efetivou na prática de maneira satisfatória. Além do mais, alguns desses cursos tinham apenas 80 horas para que eles se preparassem para assumir classes que tinham surdos e ouvintes, simultaneamente.

Essa estratégia, independente de melhorar a qualidade da educação dos surdos foi importante para reduzir em muito os custos com esses estudantes. Fato é que estando dispersos em diferentes escolas, eles poderiam ser confundidos facilmente com um ouvinte. Dificultaria uma provável articulação política. Assim, diminuiriam as chances de conquistas mais efetivas de cidadania.

A autora deste texto relata que os estudantes surdos que eram atendidos no Colégio Estadual Georgina Ramos da Silva no bairro da Boca do Rio, por exemplo, tiveram a sala de aula extinta e foram mandados para outras escolas. Muitos desses estudantes mesmo contra sua vontade, tiveram que matricular-se em escolas comuns, por falta de opções que contemplassem a sua diferença cultural e linguística.

Apesar do aumento do número de surdos matriculados nas escolas públicas nas últimas décadas, pode-se supor que na Bahia ainda tenha muitos deles fora da escola. As ideias de inclusão dispersaram os estudantes surdos de várias escolas públicas, municipais e estaduais na Bahia.

Entretanto, o movimento pela inclusão foi e é importante para tirar do exílio doméstico e institucional as pessoas com algum tipo de deficiência, mas da forma como foi e ainda é praticado, contribuiu para extinguir várias salas de aula para surdos em Salvador.

De acordo com os relatos acima, observa-se que ainda hoje, a situação da Educação dessa população na Bahia, especialmente em Salvador, está muito aquém da qualidade desejada tanto pelos surdos, quanto pelos docentes e suas famílias. A precariedade e a até ausência de políticas públicas efetivadas nesse sentido é um problema histórico. Estando em escolas especiais ou regulares, continuam submetidos ao analfabetismo funcional.

Mesmo quando concluem o Ensino Médio, mal conseguem ler e produzir um texto simples, muitas vezes sem condições de compreendê-lo na íntegra. A dispersão dos estudantes surdos em várias escolas públicas comuns, municipais ou estaduais na Bahia, até o presente não garantiram um bom desempenho acadêmico desses estudantes. Basta ver a quantidade desses alunos que ainda estão em desvantagem em relação aos seus coetâneos ouvintes no mercado de trabalho.

O poder público e alguns especialistas da educação parecem não perceber que se existem pessoas diferentes, elas, se têm direito a escolas que atendam às suas singularidades, sejam elas especiais ou não. Diferente de outros tempos e, de acordo com LDB 9.394/96, a educação especial atualmente já é parte integrante do sistema da educação básica brasileira em todos os seus níveis e modalidades.

3. CONCLUSÃO

A história da educação brasileira revela que políticas públicas para a educação efetivam-se len-

tamente. Os avanços ainda que perceptíveis estão aquém das necessidades do País. Todavia, é mister reconhecer os benefícios das iniciativas que têm surgido atualmente. Elas são frutos de um processo de luta dos surdos, suas famílias e de alguns educadores que têm pressionado os governos para enxergá-los como cidadãos.

A regulamentação da LIBRAS através da Lei 10.346 de 24 de abril de 2002; a criação do Curso à distância de Licenciatura Letras – LIBRAS ministrado na Universidade Federal da Bahia em convênio com o MEC; a realização do Congresso de Educação de Surdos na Bahia com alcance nacional; a criação do Pré-vestibular para surdos na Universidade Estadual da Bahia; a criação de cursos a distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para surdos traduzidos para a LIBRAS; as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado de 04 de outubro de 2009 e outros cursos da Língua Brasileira de Sinais em igrejas e instituições públicas como o Instituto Anísio Teixeira, são alguns exemplos de avanços ainda tímidos, porém, indispensáveis à melhoria do ensino para o surdo. Esses fatos representam também, algumas formas de alcançar a visibilidade antes não conseguida.

Ainda há muito por realizar no sistema educacional brasileiro. Urge uma mudança radical na sua estrutura. Família, sociedade e governo precisam compreender que não pode haver saída honrosa para esse País, sem políticas públicas para uma educação de qualidade que contemple a todos, respeitando e atendendo à diversidade humana. A conclusão do Curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal da Bahia por duas surdas em 2009 pode revelar o começo de um novo tempo para a escolarização dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, José Luiz de Paiva. *Educação no Brasil: a História das rupturas*. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em 26 de agosto de 2009.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação*. Sobre as Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de julho de 1994.

BRASIL. *Lei 10.346 de 24 de abril de 2002*. www.planalto.gov.br/ccivil Acessado em 26 de agosto de 2009.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LEI N. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Acessado em 26 de julho de 2009.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LEI N. 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Acessado em 26 de julho de 2009.

CARVALHO, Márcia Silva; SILVA, Maria Sueli P. e MARTINS, Marta Maria Dantas. *Projeto de Leitura como L2 para Surdos*. Núcleo de Apoio Pedagógico – CAS Wilson Lins. www.mmartim.blogspot.com Acessado em 20 de abril de 2011.

CESBA – Centro de Surdos da Bahia. www.cesba.org.br Acessado em: 25/05/10 DANTAS, Marizandra. *Origem da APADA-BA*. Depoimento por telefone em 17 de abril de 2007.

Congresso Nacional da Educação de Surdos na Bahia realizado nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2006.

LACERDA, Cristina Broglia F. Tese: *Os Processos Dialógicos Entre o Aluno Surdo e o Educador Ouvinte: Examinando a Construção de Conhecimentos*. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

Linha do Tempo. Postado no site: bonline.com.br - acessado em 22 de julho de 2008.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. *Educação Jesuítica na Bahia Colonial: Colégio Urbano, Internato Em Seminário, Noviciado*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais1

OLIVEIRA, Tereza Cristina Bastos. *A Sala de Aula Inclusiva. Um desafio para a Criança Surda*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2003. Salvador. BAHIA.

ROCHA, Solange Maria da. *Memória e apagamento sobre as narrativas de história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos no período 1951/1961*. VII Congresso Lusobrasileiro de História da Educação de 20 a 23 de Junho de 2008. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto)

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A Educação do Surdo no Brasil*. Autores Associados, Bragança Paulista, São Paulo. 1999.

SOUZA, Elzeni Bahia Góis de. *Extinção das salas de aula para Surdos no Colégio Georgina Ramos da Silva*. Relato da autora que foi professora de surdos na escola de 1999 a 2003.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. História, Educação e Surdez em Aracaju. In: *Cultura Escolar Migrações e Cidadania*. Actas do VII Congresso Lusobrasileiro de História da Educação. 20 a 23 Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto)

Surdos São Carentes de Ensino Especializado. A Tarde. Salvador, 21 de setembro de 2006. Disponível em <<http://www.local@atarde.com.br>

TEXEIRA, Anísio S. *O Defensor da Escola Pública na Teoria e na Prática*. Revista Nova Escola. Edição 178 de dezembro de 2004.

www.sec.ba.gov.br. *Dados sobre a Educação Especial*. Diretoria de Ensino e suas Modalidades/ Coordenação de Educação Especial. Fone: 3115- 9185.

UFBA *Inscreve para Curso de Licenciatura Letras-LIBRAS*. www.aplbsindicato.org.br. Acessado em 13 de junho de 2008.

ANEXO 1**Número de Alunos da Educação Especial por Dependência Administrativa, Bahia 1999-2007**

Ano	Número de Alunos				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	11.816	-	3.716	2.305	5.795
2000	10.881	-	3.759	2.170	4.952
2001	13.594	-	3.179	2.360	8.055
2002	14.333	-	2.922	2.549	8.862
2003	15.306	-	2.690	3.062	9.554
2004	16.458	-	3.422	3.802	9.234
2005	17.250	-	3.022	3.886	10.342
2006	17.008	-	2.534	3.978	10.496
2007	13.791	-	2.687	4.087	7.017
Taxa de Crescimento	16,71	-	-27,69	77,31	21,09
99-07 (%)					

Fonte: SEC, MEC/INEP
Supav / Coordenação de Acompanhamento, Avaliação e Informações Educacionais

ANEXO 2**Educação Especial na Bahia - Dados Estatísticos - 2007**

Categoria de alunos	Nº de alunos em escolas especializadas	Alunos em classes especiais	Nº de alunos em classes comuns	Total
Deficiência Mental	(estadual) 750 (ONGs) 9.872	150	45	10.817
Deficiência Visual	440		503	943
Deficiência Auditiva	283 (estadual) 2.437 (ONGs)	279	2.044	5.043
Paralisia Cerebral	220	20	12	252
Condutas Típicas	58	15	3	76
Dificuldade de Aprendizado		150	60	210
Deficiência Múltipla	202			202

Sudeb/ Diretoria de Ensino e suas Modalidades/ Coordenação de Educação Especial.

ANEXO 3

Rede Municipal de Educação de Salvador

DEFICIÊNCIA	Alunos por Tipo de Deficiência								
	Educação Infantil		Regular		Ensino Fundamental				TELE CURSO
	Creche	Pré-Escola	Ens I	Ens II	SEJA I		SEJA II		
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	
Albino	3	0	4	0	0	0	0	0	0
Altas Habilidades	0	2	19	2	4	0	0	0	0
Deficiência Auditiva	1	1	58	3	25	0	4	0	0
Deficiência Física	1	6	80	7	19	0	1	0	0
Deficiência Intelectual	1	14	364	24	103	0	7	0	0
Deficiência Motora	0	1	58	9	29	0	7	0	0
Deficiência Visual	1	3	65	6	9	0	4	0	0
Múltiplas	1	4	63	5	17	0	2	0	0
Paralisia Cerebral	0	24	170	4	17	0	3	0	0
Síndrome de Down	0	4	45	4	17	0	2	0	0
Total Alunos:	8	59	926	64	240	0	30	0	0

Fonte: [www.smec.salvador.ba.gov.br/educação especial em números](http://www.smec.salvador.ba.gov.br/educação%20especial%20em%20números)